



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação em Rondônia

Gaepe-RO em Ação

Boletim informativo externo do Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação em Rondônia (Gaepe-RO)
Número 1 | Porto Velho-RO | Julho de 2020

Criado em Rondônia o Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação (Gaepe-RO)

Contando com a participação do Tribunal de Contas (TCE-RO), dos Ministérios Públicos de Contas (MPC-RO) e Estadual (MP-RO), do Tribunal de Justiça (TJ-RO), da Defensoria Pública do Estado (DPE-RO) e, ainda, do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) e do Instituto Articule, foi criado em Rondônia, no dia 28 de abril (data em que é comemorado o Dia Internacional da Educação), o Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação em Rondônia (Gaepe-RO).

Posteriormente, aderiram ao Gaepe-RO o Conselho Estadual de Educação (CEE-RO), a Associação Rondoniense de Municípios (Arom) e o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia (Sinepe-RO).

Destinado a discutir uma agenda educacional comum a partir da qual se possa dialogar com os gestores educacionais, criando um ambiente de segurança jurídica para que a tomada de decisões e as soluções sejam tempestivas e eficazes, o Gaepe-RO é considerado uma importante, pioneira e histórica iniciativa, já que proporcionará o alinhamento institucional sobre as medidas de urgência a serem adotadas na educação em função da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19). **(LEIA MAIS)**

Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação em Rondônia (Gaepe-RO)



TCE, MPC, MP, TJ, DPE, CTE-IRB e Instituto Articule criam grupo interinstitucional para o enfrentamento da pandemia na educação em RO



Preocupação com o retorno às aulas presenciais

A preocupação com o planejamento para o retorno às aulas tem marcado a atuação recente dos órgãos que integram o Gaepe-RO. Recentemente, o Ministério Público de Contas (MPC-RO) e o Ministério Público Estadual (MP-RO), por meio do Grupo de Atuação Especial da Infância, Juventude e Defesa da Educação (GAEINF) e da 18ª Promotoria de Justiça de Porto Velho (Curadoria da Educação), emitiram recomendação conjunta que dispõe sobre a execução de política educacional diante dos impactos da pandemia do coronavírus (Covid-19), com reordenação das atividades pedagógicas no ano letivo e adoção de medidas a serem adotadas, no momento em que for deliberado o retorno às aulas presenciais.

Segundo o ato, o retorno das aulas presenciais deverá ser condicionado à prévia comprovação da avaliação de risco na saúde pública que autorize a abertura das unidades escolares com segurança, fundamentado por especialistas na área epidemiológica estadual, e com observância às diretrizes do Ministério da Saúde, aos Protocolos de Manejo Clínico da Covid-19 e às diretrizes do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV). **(LEIA MAIS)**



CONQUISTAS OBTIDAS PELO GAEPE-RO:

SALA DO SABER OFERTA CONTEÚDOS DE MATEMÁTICA E PORTUGUÊS



Em reunião remota do Gaepe-RO, realizada no dia 29 de maio, foi ofertada pela Sala do Saber (considerada uma das maiores plataformas de ensino online do país) a todos os municípios rondonienses e à Seduc conteúdos de língua portuguesa e matemática para os estudantes do 8º e 9º anos do ensino fundamental.

SINEPE: LABORATÓRIOS PARA ALUNOS QUE NÃO POSSUEM ACESSO À INTERNET



Outra ação positiva gestada no ambiente do Gaepe-RO foi a iniciativa do Sindicato das Escolas Particulares (Sinepe), a fim de garantir equidade na educação pública, por meio do uso dos laboratórios de informática pelos alunos do 3º ano do Ensino Médio que não possuem acesso à internet.

A proposta é identificar laboratórios de informática para que estudantes que não tenham acesso à internet possam acompanhar as atividades não presenciais. Isso decorre da experiência exitosa das escolas particulares no que se refere ao acesso à internet, via laboratórios de informática, haja vista que os alunos dessas escolas aproveitam a estrutura em sua totalidade.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2020/SEDUC-GCAE

Em ato publicado no dia 3 de junho/2020, a Seduc estabelece procedimentos visando à reorganização do Calendário Escolar de 2020 das escolas da Rede Pública Estadual de Rondônia e o ensino em regime especial com oferta de aulas não presenciais, como medida de enfrentamento à Covid-19 e combate à situação de emergência de saúde pública (**leia aqui a íntegra da Instrução Normativa**)

27	28	29	30	31	1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30



FORMAÇÃO CONTINUADA PARA GESTORES E PROFESSORES DE RONDÔNIA

Foi informada pela Seduc a proposta de trabalhar em regime de colaboração com os municípios rondonienses, a fim de fortalecer o processo de formação continuada para gestores e professores da rede pública. A parceria é considerada fundamental, em especial quanto à melhoria dos indicadores da educação.

Outro ponto importante: a partir de impactos como a pandemia, há mudanças nos conhecimentos, nas novas formas pedagógicas e formas de problematizar e educar, reforçando, desse modo, a necessidade de um processo de formação continuada para os profissionais da educação.

DEPOIMENTOS:

Alexandre Jésus de Queiroz Santiago, promotor de Justiça da educação em Porto Velho



O Gaepe nos mostra a importância de se construir soluções na área de educação a partir do amplo debate, com representantes de várias instituições, uma vez que se trata de um tipo de política que, necessariamente, deve ser construída através de consenso. Nessa área, há várias questões que devem ser enfrentadas e uma riqueza muito grande de soluções possíveis e de caminhos a serem percorridos. Por isso, creio que a verticalização de qualquer solução ou a adoção de visões unilaterais não são salutares.

DEPOIMENTOS:

Paulo Curi Neto, conselheiro presidente do TCE-RO



O Gaepe-RO ressignificou o relacionamento entre os órgãos de controle e os de gestão. Por meio de postura dialógica e cooperativa, que facilita a obtenção de consensos e a criação de ambiente de segurança jurídica, contribuirá no alcance de melhores resultados na política pública educacional.

DEPOIMENTOS:

Alessandra Gotti, presidente-executiva do Instituto Articule:



O Gaepe-RO tem o propósito de promover o diálogo e a pactuação de medidas emergenciais durante e pós-pandemia, em uma governança que reúne, de forma inédita, os gestores públicos, conselhos de educação, Tribunal de Contas, órgãos do Sistema de Justiça, Poder Legislativo e organizações da sociedade civil.

Tem como objetivo central unir esforços para que a tomada de decisões administrativas seja mais eficaz e beneficie os estudantes rondonienses de maneira mais rápida e com equidade, contribuindo, ainda, para a diminuição da judicialização e incremento da segurança jurídica.

O segredo do sucesso dessa experiência pode ser explicado de forma muito simples: se todos – governo, sociedade civil, Tribunais de Contas e órgãos do Sistema de Justiça – desejam exatamente o mesmo, por que não cooperar e colaborar ao máximo, visando ao atendimento do interesse público de forma mais célere e eficaz?

O Gaepe dá um passo importante rumo a uma cultura de maior diálogo e articulação entre as instituições, tão necessária para que possamos alavancar o desenvolvimento econômico e social do país.

Opiniões

Como avaliar em tempos de pandemia?

“Neste ano atípico, é fundamental concentrar energia no cumprimento dos objetivos pedagógicos de 2020 e na assistência para superar lacunas de aprendizagem”, destacam os autores Alessandra Gotti e Ivan Siqueira, que é presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). (Leia a íntegra do artigo neste link)

A articulação que (ainda) falta na Educação

“Não há no Brasil uma governança interinstitucional que reúna os gestores da educação, o Sistema de Justiça e o de Controle Externo, fundamental para políticas educacionais mais exitosas”, afirmam Alessandra Gotti e Ismar Cruz. (Leia a íntegra do artigo neste link)

DEPOIMENTO

Suamy Vivecananda Abreu, Secretário de Educação do Estado de Rondônia



Diante do cenário de Pandemia representado pela Covid-19, a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia se mobilizou e adotou uma série de medidas, dentre as quais, a adoção de aulas remotas, fornecimento de “Cartão Alimentação Escolar”, pelo qual transferimos recursos financeiros, na forma de crédito, aos pais ou responsáveis legais.

A chegada do Gaepe-RO, no entanto, potencializou a adoção dessas medidas, uma vez que se estabeleceu uma nova relação entre o Executivo e os órgãos de controle, os quais trabalham de forma colaborativa.

À medida que as reuniões foram avançando, percebemos que todos estavam muito mais preocupados em apontar caminhos, pois o objetivo era comum, ou seja, garantir que nossos alunos, professores, técnicos e comunidade em geral tenham um retorno seguro as atividades presenciais, e enquanto isso não for possível, que consigamos minimizar os impactos negativos dessa pandemia.

Costumo dizer nas reuniões que a Secretaria de Educação “ganhou de presente” uma consultoria totalmente gratuita, o que nos trouxe grande segurança técnica e jurídica na implantação das ações presentes e futuras, pois elas são incansavelmente discutidas e compartilhadas por quem executa e por quem irá fiscalizar.

No meu humilde olhar, o Gaepe trouxe o imprescindível olhar técnico do controle para a gestão.

DEPOIMENTO

Gislaine Clemente Presidente da Associação Rondoniense de Municípios (Arom) e prefeita de São Francisco do Guaporé-RO



Sabemos que, mais dia, menos dia, o processo de retorno das aulas presenciais em Rondônia ocorrerá e impõe-nos o compromisso com os educandos, professores e toda a sociedade, de buscar medidas adequadas para evitar a transmissibilidade do vírus e minorar os impactos e prejuízos, sejam eles de ordem financeira, pessoal ou de aprendizado.

A AROM, atenta a este cenário e com o intuito de prestar o auxílio necessário às gestões municipais, por meio do Gaepe, cerca-se de subsídios técnicos atualizados e práticas exitosas em outras regiões do país e do mundo, para desenhar procedimentos e protocolos unificados que sejam precisos à realidade de cada município.

A Covid-19 tem desnudado as vulnerabilidades sociais e evidenciado as limitações dos entes públicos. A dificuldade dos gestores de educação em atingir a mediação tecnológica e o ensino híbrido, que tem embaraçado o processo de aprendizado dos alunos, é um exemplo real de que se faz necessário um planejamento com estratégias e ações alinhadas, que possam ser implementadas por todos os municípios.

Este é o propósito do Gaepe, que ao reunir todos os atores envolvidos nesse processo, certamente garantirá aos gestores públicos mais segurança para a tomada de decisão, no que se refere ao retorno das atividades escolares presenciais.

CRONOLOGIA DE REUNIÕES E EVENTOS DO GAEPE-RO

28 de abril – Criação do Gaepe-RO.

30 de abril – Expedição de Nota Técnica Conjunta n. 1/2020.

18 de maio – Videoconferência com debate sobre o cenário da educação rondoniense.

5 de junho – Experiência de Goiás na área de educação é apresentada, via reunião remota, aos integrantes do Gaepe-RO.

12 de junho – Videoconferência debatendo retorno gradual das aulas na rede pública de Rondônia.

22 de junho – Expedição da Nota Técnica Conjunta n. 2/2020.

26 de junho – Discussão sobre medidas pedagógicas a serem adotadas para a volta às aulas.

3 de julho – Apresentação pela Seduc-RO e Associação Rondoniense dos Municípios (Arom) de levantamento de estimativa

de despesas a serem feitas no período da pandemia para a manutenção das atividades escolares e implementação do plano de retomada a atividades presenciais.

7 de julho – Apresentação do Gaepe-RO ao Comitê de Comunicação da Associação Nacional dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon).



GAEPE-RO
Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

PONTO DE VISTA

Com a pandemia, Gaepe ganhou ainda mais importância

Conselheiro Cezar Miola, presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE/IRB)



O Gaepe do Estado de Rondônia constitui o primeiro projeto desenvolvido a partir do termo de cooperação firmado entre Atricon e IRB com o Instituto Articule.

Esse acordo se insere na ideia de as entidades representativas no âmbito do controle externo atuarem em regime de colaboração, não apenas no plano institucional, mas também buscando experiências e conhecimentos de outros atores com atuação ou estudos na seara das políticas públicas. Nesse mesmo contexto se colocam as parcerias do IRB com o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), através das quais foram elaboradas as pesquisas “A educação não pode esperar” e “Educação que faz a diferença”.

Sobrevindo a pandemia, o planejamento inicialmente delineado em Rondônia precisou ser redirecionado para enfrentamento do quadro de crise que se abateu também na educação. E os resultados obtidos em tão curto espaço de tempo demonstram o acerto da decisão, voltada a uma atuação integrada por diferentes atores, do ambiente governamental e da sociedade local. As deliberações do Gaepe estão contribuindo para a resolução de várias questões, alcançando efetividade e oferecendo mais segurança jurídica.

A expectativa é que esse projeto se consolide, avançando em relação ao monitoramento, à fiscalização e à mobilização em torno do cumprimento de metas e estratégias relacionadas especialmente à educação básica, sobretudo nas suas primeiras etapas.

Estão de parabéns os agentes públicos e as lideranças que se mobilizam pela educação com qualidade e equidade em Rondônia, cujo modelo de organização e comprometimento já se projeta para outras unidades da federação (recentemente tivemos a instalação do Gaepe de Goiás; e outros virão).

Em nome do Comitê Técnico da Educação do IRB, destaco também o trabalho do Tribunal de Contas, com a liderança do presidente Paulo Curi Neto, e do Articule, que deram impulso a essa caminhada que agora segue com muitas mãos dadas.

Estado de Goiás também adere à iniciativa do Gaepe

Em reunião realizada no dia 23 de junho, por meio de videoconferência, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCMGO) e o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) passaram a integrar o Gaepe-GO, um grupo interinstitucional, organizado pelo Instituto Articule, que tem o objetivo de auxiliar gestores, educadores, trabalhadores da educação, órgãos de controle e estudantes, no enfrentamento dos efeitos provocados pela covid-19 na educação pública brasileira. Além dos tribunais, também vão integrar o GAEPE/GO o Ministério Público (MP), Poder Judiciário, Defensoria Pública e secretários de educação. **(LEIA MAIS)**



Expediente:

Realização: Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação em Rondônia (Gaepe-RO)

Elaboração: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Ministério Público de Contas (MPC-RO), Ministério Público do Estado de Rondônia (MP-RO), Tribunal de Justiça (TJ-RO), Defensoria Pública do Estado de Rondônia (DPE-RO), Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE/IRB) e Instituto Articule.

Diagramação e arte-final: Assessoria de Comunicação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Contato: ascom@tce.ro.gov.br